SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)

Qualis Consultoria

HISTÓRIA DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA NO BRASIL

1808 - **Decreto – D. João - criação do cargo de Físico-Mor**

1809 - **Decreto – criação do cargo de Provedor-Mor de Saúde da Corte e do Estado do Brasil**

1810 - **Regimento da Provedoria – inspeção em matadouros**

1822 - **Após a independência, decretou-se a municipalização dos serviços sanitários**

1849 - **A municipalização foi revogada, retornando a ação centralizada**

HISTÓRIA DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA NO BRASIL

1860 - Criação do Ministério da Agricultura

1909 - Decreto 7.622/1909 - Criação da Diretoria de Ind. Animal

1915 - Primeiro regulamento de inspeção sanitária – Serviço de Inspeção de Fábricas de Produtos Animais

1950 - Lei 1.283: obrigatoriedade da inspeção sanitária no Brasil

1952 - Decreto : RIISPOA: Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal + descentralização de atribuições a estados e municípios

1971 - Federalização do Serviço pelo Decreto 69.502 do Ministério da Agricultura

1975 - Lei N° 6.275 – Convênios - pequenas e médias empresas – comércio interestadual - Estados

1989 - Lei 7.889: descentralização e divisão de competências p/ Municípios, Estados e União

RESPONSABILIDADE DA INSPEÇÃO

CENÁRIO DA INSPEÇÃO DE P.O.A NO BRASIL

lei 7.889/89

Federal
SIF

Comércio Interestadual e internacional

Estadual
SIE

Comércio intermunicipal

Municipal
SIM

Comércio municipal

RESPONSABILIDADE DA INSPEÇÃO

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA

SISBI

SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Lei nº 8.171/1991 (Lei Agrícola), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29: constituiu o SUASA.

Decreto nº 5.741/2006 - regulamentou o SUASA.

IN nº 19/2006

> Estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

CONTROLE SANITÁRIO DE ALIMENTOS

COMPETÊNCIAS

No Brasil, o controle sanitário de alimentos é executado por duas instituições distintas:

- **Ministério da Saúde - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS)**
- **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)**

CONTROLE SANITÁRIO DE ALIMENTOS

COMPETÊNCIAS

Produtos de Origem Animal

Produção Primária | Indústria | Armazenagem Distribuição | Comercialização

AGRICULTURA | **SAÚDE**

Produtos de Origem Vegetal

Produção Primária | Minimamente Processados | Indústria | Armazenagem Distribuição | Comercialização

AGRICULTURA | **SAÚDE**

CONTROLE SANITÁRIO DE ALIMENTOS

COMPETÊNCIAS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

SERVIÇO DE INSPEÇÃO

- **Produção Primária**

- **Controle das empresas beneficiadoras de produtos de origem vegetal (minimamente processados) e indústrias de processamento de bebidas**

- **Controle das indústrias de processamento de produtos de origem animal**

MINISTÉRIO DA SAÚDE

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

- **Controle dos estabelecimentos comerciais: serviços de alimentação, supermercados, dentre outros**

- **Controle das indústrias processadoras de: amendoins e derivados, água mineral natural, conservas vegetais, gelados comestíveis, sal para consumo humano, dentre outros**

- **Controle de todos os produtos alimentícios expostos à venda**

Exemplos de produtos sob competência do MAPA

Água de côco	Leite e derivados
Bebidas alcoólicas	Doce de leite
Refrigerantes	Mel
Sucos e néctares	Patês
Refrescos	Ovos
Vinagre	Margarina e manteiga
Frutas e hortaliças cruas e processadas, com exceção de conservas.	Carnes e derivados Pescados
Vegetais minimamente processados	
Polpa de frutas e de vegetais	
Cereais e leguminosas	

Manual de Utilização do SIPEAGRO

Módulo de Estabelecimento VINHOS E BEBIDAS

Versão Empresa

REGISTRO NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL - SIF

Sistema PGA/SIGSIF

Para garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e o cumprimento das legislações nacional e estrangeiras para a produção, industrialização e comercialização destes produtos, o DIPOA conta com as Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e com os Serviços de Inspeção Federal – SIF atuando junto a quase 4 mil estabelecimentos cadastrados no DIPOA. O Sistema de Informações Gerenciais dos SIF – SIGSIF, alimentado pelos servidores que trabalham na inspeção federal e pelas empresas registradas no DIPOA, disponibiliza dados importantes sobre as atividades de Inspeção e Fiscalização no Brasil.

1. Instrução Normativa Nº 1 de 11 de janeiro de 2017 que estabelece procedimentos para registro, renovação, alteração, auditoria e cancelamento de registro de produtos de origem animal;
2. Ofício-Circular nº 1/2017/DIPOA-SDA/SDA/MAPA: Assunto: Registro de produtos de origem animal. Alteração de procedimentos, comunica
3. Anexo I Manual de acesso a PGA/SIGSIF
4. Anexo II Manual de registro de produto na PGA/SIGSIF;
5. Anexo III Instruções de acesso a PGA/SIGSIF;
6. Anexo IV Instruções de registro de produto na PGA/SIGSIF;
7. Anexo V Tabela de produtos regulamentados

SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL - SIM

Antes de comprar um produto de origem animal, certifique-se que o produto tem identificação do serviço de inspeção:

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
BRASIL
INSPECIONADO
S.I.F.

Serviço de Inspeção Federal

INSPECIONADO
SIE/MS
000

Serviço de Inspeção Estadual

DOURADOS
S.I.M.D.
N° 000
INSPECIONADO

Serviço de Inspeção Municipal de Dourados

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Departamento de Agronegócios

Serviço de Inspeção Municipal de

Produtos de Origem Animal de Dourados

SIMD / POA

NOSSA CIDADE MELHOR PARA VOCÊ.

Prefeitura de Dourados

Av. Weimar Gonçalves Torres, 1680 B
Centro - Cep. 79.800-021
Dourados - Mato Grosso do Sul
Tel. (67) 3411-7103 / (67) 3411-7104
Fax. (67) 3411-7146

SIMD

Serviço de Inspeção Municipal de Dourados

Lei Municipal
N.º 3623 de 28/11/2012

Decreto Municipal
N.º 1120 de 17/10/2012

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

1) Projeto de Lei – PL:

Aprovação do PL na câmara de vereadores do município;

2) Regulamentação:

Elaboração do Regulamento do serviço de inspeção, incluindo as normas específicas para as pequenas agroindústrias;

3) Estrutura do Serviço de Inspeção:

Disponibilização de equipe técnica e apoio, veículo, sala de trabalho, computador, acesso a laboratório e outros;

4) Treinamento da equipe:

É recomendável a equipe de inspeção receber treinamento e visitar e/ou fazer estágio em outro serviço em funcionamento;

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

5) Programa de Trabalho:

Elaboração de Plano de Trabalho do serviço de inspeção;

6) Início de atividades:

Registro e inspeção dos estabelecimentos e seus produtos.

7) Protocolo:

Constituir um setor de protocolo geral, para controle de entrada e saída de documentos oficiais;

8) Registros dos atendimentos:

Constituir sistema de guarda de registros auditáveis a respeito das atividades de inspeção, cronogramas, registros das análises realizadas, resultados e providências adotadas etc;

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

1) **Projeto de Lei para implantação do SIM**

Projeto de lei para criação de taxas / Código Tributário

Projeto de Lei para criação dos cargos:
fiscais, agentes e auxiliares

Projeto de Lei para contratação temporária / Lei orgânica

Aprovação do PL na câmara de vereadores do município

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

2) Regulamentação

Decreto de regulamentação da Lei de implantação do SIM

- Procedimentos para aprovação, alterações e cancelamentos de registro dos estabelecimentos;
- Procedimentos para análise e aprovação de produtos, suas formulações e memoriais descritivos;
- Requisitos para construção e funcionamento dos estabelecimentos;
- Particularidades de agroindústrias de pequeno porte.

IN

Manual de Procedimentos do SIM - Modelos de requerimentos

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

2) Regulamentação

Normas complementares

- Procedimentos operacionais do SIM / documentos de uso do SIM
  - Formulários padrões para processos de aprovação de registro
  - Mapas nosográficos de abate
  - Mapas dos dados de produção de cada estabelecimento
  - Formulários padrões de Autos e Termos
- Manual de Boas Práticas e Programas de Autocontrole
- Análises microbiológicas e físico-químicas de água e produtos
- Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade - RTIQ

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

2) Regulamentação

Normas complementares

- Combate a fraudes
- Controle ambiental
- Bem-estar animal

MANUAL DE ORIENTAÇÕES SOBRE CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)

www.seminariossuasa.com.br

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

3) Estrutura do Serviço de Inspeção

- Estrutura física: sala(s), mobiliário, materiais de apoio administrativo, equipamentos de informática e demais equipamentos necessários que garantam efetivo suporte tecnológico e administrativo para as atividades de coordenação da inspeção
- Infraestrutura para desenvolvimento dos trabalhos como veículos oficiais em número e condições adequadas, respeitando as particularidades de cada região e serviço de inspeção, para exercício das atividades de inspeção e supervisão
- Estrutura laboratorial
- Recursos humanos: médicos veterinários oficiais e agentes/auxiliares de inspeção capacitados, em número compatível com as atividades de inspeção naqueles estabelecimentos registrados no SIM, lotados no Serviço de Inspeção, que não tenham conflitos de interesses e possuam poderes legais para realizar as inspeções e fiscalizações com imparcialidade e independência

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

Equipe técnica do Serviço de Inspeção

Fiscais Agropecuários
Auditores

- Médico veterinário → Produtos de Origem Animal
- Agrônomo Zootecnista → Produtos de Origem Vegetal

Agentes Agropecuários → Nível médio

- Para o cálculo do número de funcionários, médico veterinário, auxiliar de inspeção e administrativo, deverão ser utilizados como critério o volume de produção e a necessidade presencial da inspeção oficial no estabelecimento

Listar Programas

Dados | Objetos | Regras de Contrapartida | Anexos | Lista de Item - Tipo de Despesa

Código do Programa	2200020170003
Órgão	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,PECUARIA E ABASTECIMENTO
Órgão Executor	22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,PECUARIA E ABASTECIMENTO
Tipo de Instrumento	Contrato de Repasse
Qualificação da proposta	Proposta Voluntária
Programa Atende a	Administração Pública Municipal, Consórcio Público, Administração Pública Estadual ou do Distrito Federal, Empresa pública/Sociedade de economia mista
Nome do Programa	Fomento ao Setor Agropecuario - Investimento

Descrição

APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO SETOR AGROPECUARIO - FINALIDADE: Incentivo e fomento a produção agropecuária de pequeno e médio porte, por meio da aquisição e fornecimento de maquinas e equipamentos agrícolas e de processamento agroindustrial; pela realização de obras agropecuárias de desenvolvimento rural; estradas vicinais, por meio da construção e adequação/readequação e de estradas vicinais.

Instituição Mandatária	CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Período de recebimento de Proposta Voluntária do programa

Data Início Recebimento de Propostas	01/02/2017
Data Fim Recebimento de Propostas	31/12/2017

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

4) Treinamento da equipe

É recomendável a equipe de inspeção receber treinamento e visitar e/ou fazer estágio em outro serviço em funcionamento

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

5) Plano de Trabalho de Inspeção e Fiscalização (IN 36 / 2011)

I - Organograma do órgão;

II - Conjunto das legislações pertinente à atividade;

III - Relação dos estabelecimentos registrados no Serviço classificação, data de registro, produtos registrados e dados de produção; (sistema de informação)

IV - Programação das atividades de inspeção e fiscalização contendo frequência das inspeções de rotina, cronograma das supervisões, análises laboratoriais, ações de combate à fraude econômica, ações de combate às atividades informais de obtenção e comércio de produtos de origem animal, e atividades de educação sanitária;

V - programa de treinamento do pessoal técnico demonstrando periodicidade, carga horária, conteúdo programático; e

VI - dados gerais do Estado / Municípios, como população, número de municípios, produção pecuária e cadeias produtivas.

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

6) Início das atividades

Registro e inspeção dos estabelecimentos e seus produtos

Antes

Depois

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

6) Início das atividades

Registro e inspeção dos estabelecimentos e seus produtos

Antes

Depois

ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

7) Protocolo

- Constituir um setor de protocolo geral, implantando procedimentos de controle dos documentos do SIM desde a entrada, registro, arquivo e saída

Protocolo de
correspondência
GRAFSET

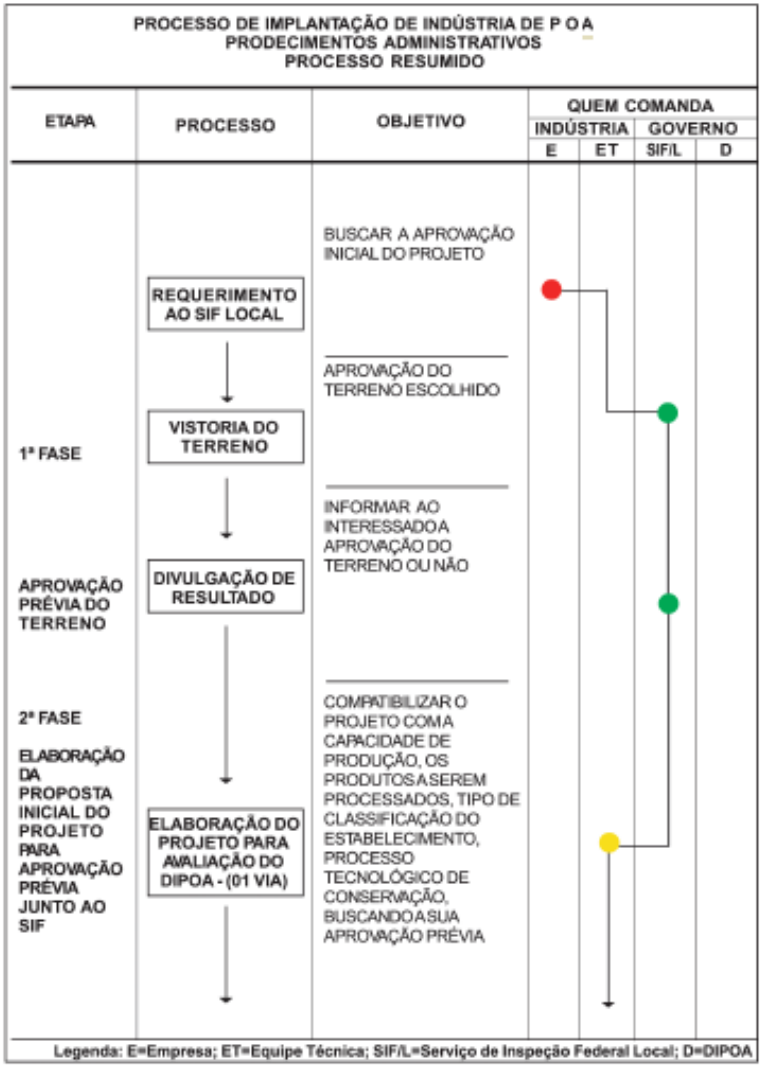
ETAPAS PARA CONSTITUIÇÃO DO SIM

8) Registro dos atendimentos

- Criação de registro do histórico de todos estabelecimentos e penalidades aplicadas:
- Definição de cronograma de supervisões nos estabelecimentos, com posterior emissão de relatório;
- Definição de procedimentos a serem adotados em caso de análises fora do padrão;
- Definição de cronograma de atendimento às não conformidades observadas, quando verificadas.

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM



PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DE P O A
PRODECIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PROCESSO RESUMIDO

ETAPA	PROCESSO	OBJETIVO	QUEM COMANDA			
			INDÚSTRIA		GOVERNO	
			E	ET	SIF/L	D
1ª FASE	REQUERIMENTO AO SIF LOCAL	BUSCAR A APROVAÇÃO INICIAL DO PROJETO	●			
	VISTORIA DO TERRENO	APROVAÇÃO DO TERRENO ESCOLHIDO			●	
APROVAÇÃO PRÉVIA DO TERRENO	DIVULGAÇÃO DE RESULTADO	INFORMAR AO INTERESSADO A APROVAÇÃO DO TERRENO OU NÃO			●	
2ª FASE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL DO PROJETO PARA APROVAÇÃO PRÉVIA JUNTO AO SIF	ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA AVALIAÇÃO DO DIPOA - (01 VIA)	COMPATIBILIZAR O PROJETO COM A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, OS PRODUTOS A SEREM PROCESSADOS, TIPO DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO, PROCESSO TECNOLÓGICO DE CONSERVAÇÃO, BUSCANDO A SUA APROVAÇÃO PRÉVIA		●		

Legenda: E=Empresa; ET=Equipe Técnica; SIF/L=Serviço de Inspeção Federal Local; D=DIPOA

MODELO 01

REQUERIMENTO SOLICITANDO A VISTORIA DE TERRENO.

EXMº Sr.

Secretario da Pesca e Aquicultura

O/A _____

(Nome ou Razão Social da Empresa)

CPNJ/CPF Nº _____

situada à _____

(Avenida, Rua, Bairro, CEP)

Vem, mui respeitosamente, com fundamento na Resolução /SPA Nº 01/2012, de 31/01/2012.

Requer:

A realização de vistoria prévia do terreno e autorização da preparação dos documentos necessários para a construção de(o) _____

Na oportunidade informo que para qualquer contato posterior informar para

Sr(a) _____

Endereço_____

Telefone ( ) _____ Celular ( ) _____ e – mail _____

Nestes termos

Pede deferimento.

Fortaleza de de

_____

Assinatura

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Aprovação prévia do terreno

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

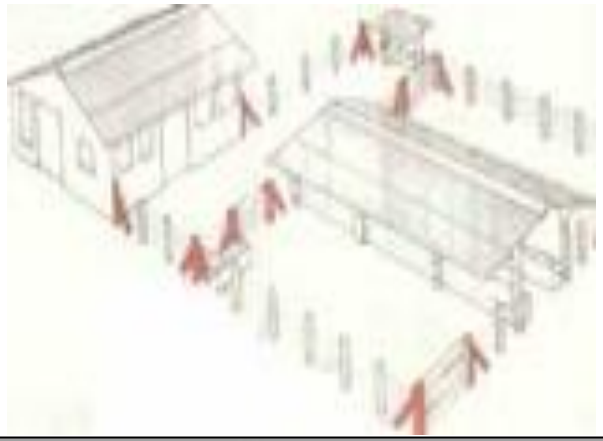
Aprovação prévia do terreno

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Aprovação prévia do terreno

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Aprovação prévia do terreno



SECRETARIA DA AGRICULTURA

LAUDO DE VISTORIA INICIAL

Protocolo nº _____

NOME DO SOLICITANTE (PROPRIETÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL):	
NOME COMERCIAL OU FANTASIA DO ESTABELECIMENTO:	
ENDEREÇO:	Georreferenciamento:
MUNICÍPIO:	ADR:

1.	Situação	(...) terreno ( ) em construção ( ) já construído
2.	Área	Total: _____m² Da construção pretendida: _____m² Disponibilidade para ampliação: (...) sim, área de _____ m² ( ) não
3.	Localização	(...) urbana ( ) rural
4.	Situação legal	(...) próprio quitado ( ) próprio financiado ( ) público (...) arrendado ( ) alugado ( ) outro: _____
5.	Perfil do terreno	(...) plano ( ) inclinado ( ) acidentado (...) exposto à inundação (...) exposto a desabamentos
6.	Escoamento de águas pluviais	(...) satisfatório ( ) insatisfatório :
7.	Prédios limítrofes e suas distâncias	(...) residenciais: _____m ( ) matrizeiro suíno: _____m (...) comerciais: _____m ( ) matrizeiro de aves: _____m (...) industriais: _____m (...) outros, tipo: _____, _____m
8.	Fontes produtoras de mau cheiro/ fumaça/poeira	(...) não (...) sim – quais: _____ distância: _____
9.	Proximidade de águas fluviais	(...) rios perenes, _____m (...) tanques, _____m
10.	Água para abastecimento	(...) fontes e nascentes ( ) poço raso (lençol freático) (...) rio/córrego ( ) poço artesiano (...) rede pública ( ) outros: _____
11.	Proximidade de rodovias	(...) municipais de chão batido, ____ m; (...) estaduais, ____m; (...) municipais pavimentadas, ____m; (...) federais, ____m.

SECRETARIA DA AGRICULTURA

12.	Outros detalhes de importância observados	
13.	Parecer técnico das condições do terreno	(...) favorável ( ) desfavorável ( ) com restrições Considerações/restrições:
14.	Fotos em anexo	(...) sim , quantidade _____ ( ) não

Local e data: _____, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do proprietário/representante: _____

Carimbo e assinatura do
Fiscal Estadual Agropecuário: _____

Obs.: O Laudo de Vistoria Inicial será utilizado somente para avaliação do terreno de instalação do estabelecimento, mesmo para estabelecimentos em construção ou já construídos. A análise das plantas será realizada posteriormente pela GERNP.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA DE P O A
PRODECIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PROCESSO RESUMIDO

ETAPA	PROCESSO	OBJETIVO	QUEM COMANDA			
			INDÚSTRIA		GOVERNO	
			E	ET	SIF/L	D
1ª FASE	REQUERIMENTO AO SIF LOCAL	BUSCAR A APROVAÇÃO INICIAL DO PROJETO	●			
	VISTORIA DO TERRENO	APROVAÇÃO DO TERRENO ESCOLHIDO			●	
APROVAÇÃO PRÉVIA DO TERRENO	DIVULGAÇÃO DE RESULTADO	INFORMAR AO INTERESSADO A APROVAÇÃO DO TERRENO OU NÃO			●	
2ª FASE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL DO PROJETO PARA APROVAÇÃO PRÉVIA JUNTO AO SIF	ELABORAÇÃO DO PROJETO PARA AVALIAÇÃO DO DIPOA - (01 VIA)	COMPATIBILIZAR O PROJETO COM A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO, OS PRODUTOS A SEREM PROCESSADOS, TIPO DE CLASSIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO, PROCESSO TECNOLÓGICO DE CONSERVAÇÃO, BUSCANDO A SUA APROVAÇÃO PRÉVIA		●		

Legenda: E=Empresa; ET=Equipe Técnica; SIF/L=Serviço de Inspeção Federal Local; D=DIPOA

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Elaboração do projeto

Após a aprovação do terreno, deve ser apresentado o projeto para análise prévia do SI, com a seguinte documentação:

- **Requerimento solicitando a aprovação das plantas e memoriais descritivos, visando o registro do estabelecimento;**

- **Cópia do ofício de aprovação da vistoria prévia, solicitado anteriormente;**

MODELO 02

REQUERIMENTO SOLICITANDO APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO.

EXMº Sr.

Secretario da Pesca e Aquicultura

O/A _____

(Nome ou Razão Social da Empresa)

CPNJ/CPF Nº _____

situada à _____

(Avenida, Rua, Bairro, CEP)

Vem, mui respeitosamente, com fundamento na Resolução /SPA Nº 01/2012, de 31/01/2012.

Requer:

A aprovação das plantas, memorias descritivos da construção e econômico - sanitário, anexados, de um(a) _____ ,visando o registro da

(especificação da indústria)

registro da mesma nesse órgão, para tanto, anexa demais documentos necessários.

Na oportunidade informo que para qualquer contato posterior informar para

Sr(a) _____

Endereço_____

Telefone ( ) _____ Celular ( ) _____ e – mail _____

Nestes termos

Pede deferimento.

Fortaleza de de

_____

Assinatura

MODELO 03

REQUERIMENTO SOLICITANDO APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO.

Termo de Compromisso

Eu, (nome do proprietário ou responsável), na qualidade de responsável pela empresa (nome da empresa), Inscrita no CNPJ nº: _____, com sede foro na cidade de _____, Estado do Ceará, localizada na (endereço,CEP, telefone, e-mail), comprometo-me perante o Serviço de Inspeção Estadual – SIE (COREC/SPA), a concordar em acatar todas as exigências contidas no Regulamento do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Ficando ainda ciente, que quaisquer obras só poderão ser realizadas após a aprovação prévia do projeto pelo órgão competente da Secretaria da Pesca e Aqüicultura.

_____, _____de _____ ___ de 20___

(Local) (dia) (mês) (ano)

_____

Assinatura e identificação do proprietário ou responsável

MODELO 04

Memorial descritivo da construção ou reforma:

Localização cartográfica em UTM

1) Nome da firma interessada no projeto, CNPJ e CGF.
2) Localização do futuro estabelecimento, rua, CEP, telefone e fax.
3) Natureza do estabelecimento. (classificação e categoria).
4) Responsável pelo projeto.
5) Área do terreno.
6)Área a ser construída.
7) Área útil.
8) Recuo do alinhamento da rua.
9) Duração provável da obra.
10) Argamassa.
11) Fundações.
12) Pé – direito.
13) Madeira e cobertura.
14) Forros.
15) Portas (dimensões e material - especialmente das câmaras frias).
16) Revestimento geral.
17) Pavimentação.
18) Esquadrias.
19) Impermeabilização (discriminar o material a ser empregado no piso e nas paredes das diferentes dependências).
20) Instalações de água.
21) Sistema de esgoto (detalhe sobre o modo e processo de depuração antes de ser lançado na corrente d'água ou na rede pública de esgoto).
22) Pintura Geral.
23) Custo provável da obra.

_____, _____de _____ de 20___
(Local) (dia) (mês) (ano)_____

Assinatura do Engenheiro responsável

CREA nº_____

MODELO 05

Memorial econômico - sanitário de estabelecimento de pescados e derivados.

1) Nome do proprietário ou da firma do arrendatário.
2) Denominação do estabelecimento.
3) Localização do estabelecimento.
4) Categoria do estabelecimento.
5) Capacidade máxima diária de industrialização dos diferentes produtos.
6) Produtos que pretende fabricar ou manipular.
7) Procedência da matéria-prima.
8) Mercado de consumo.
9) Número aproximado de empregados.
10)Número mínimo de empregados, para funcionamento adequado do estabelecimento.
11) Maquinismo e aparelhos a serem instalados, como também os meios de transportes a serem empregados.
12) Água de abastecimento: a) Procedência e volume de vazão; b) Processo de captação; c) Reservatório e sua capacidade; d) Sistema de tratamento; e) Sistema de distribuição.
13) Destino dado as águas servidas, meios empregados para a depuração das águas servidas antes de serem lançadas nos esgotos, rios, riachos, etc. .
14) Ventilação e iluminação (natural ou artificial) nas diversas dependências.
15) Separação entre as dependências de elaboração dos produtos comestíveis e não comestíveis.
16) As janelas e/ou as aberturas externas das áreas de armazenamento e preparação dos produtos comestíveis, inclusive o sistema de exaustão, devem ser providas de telas milimetradas para impedir o acesso de vetores e pragas urbanas. Molas vai-e-vem e cortinas de ar nas portas das dependências de elaboração e nos depósitos de produtos comestíveis e em outras aberturas.
17) Natureza do piso, material de impermeabilização das paredes.
18) Teto das salas de elaboração dos produtos comestíveis.
19) Laboratório de controle.
20) Natureza e revestimento das mesas, construção e revestimento interno dos tanques para salga de pescado.
21) Vestiários e refeitórios para operários.
22) Aproveitamento dos resíduos não comestíveis.
23) Indicação nas proximidades de existência de curtumes, fábricas de produtos orgânicos e outros estabelecimentos industriais que por sua natureza produzem mau cheiro.
24) Instalações frigoríficas: área, capacidade, túneis de congelamento, sistema de refrigeração e capacidade dos compressores.
25) Descrição da sala de máquinas.

OBS.: Os itens deste formulário deveram ser preenchidos detalhadamente pela firma requerente, destinando-se a qualquer dos estabelecimentos de pescado e derivados, podendo ser complementado.

_____, _____de _____ de 20___
(Local) (dia) (mês) (ano)

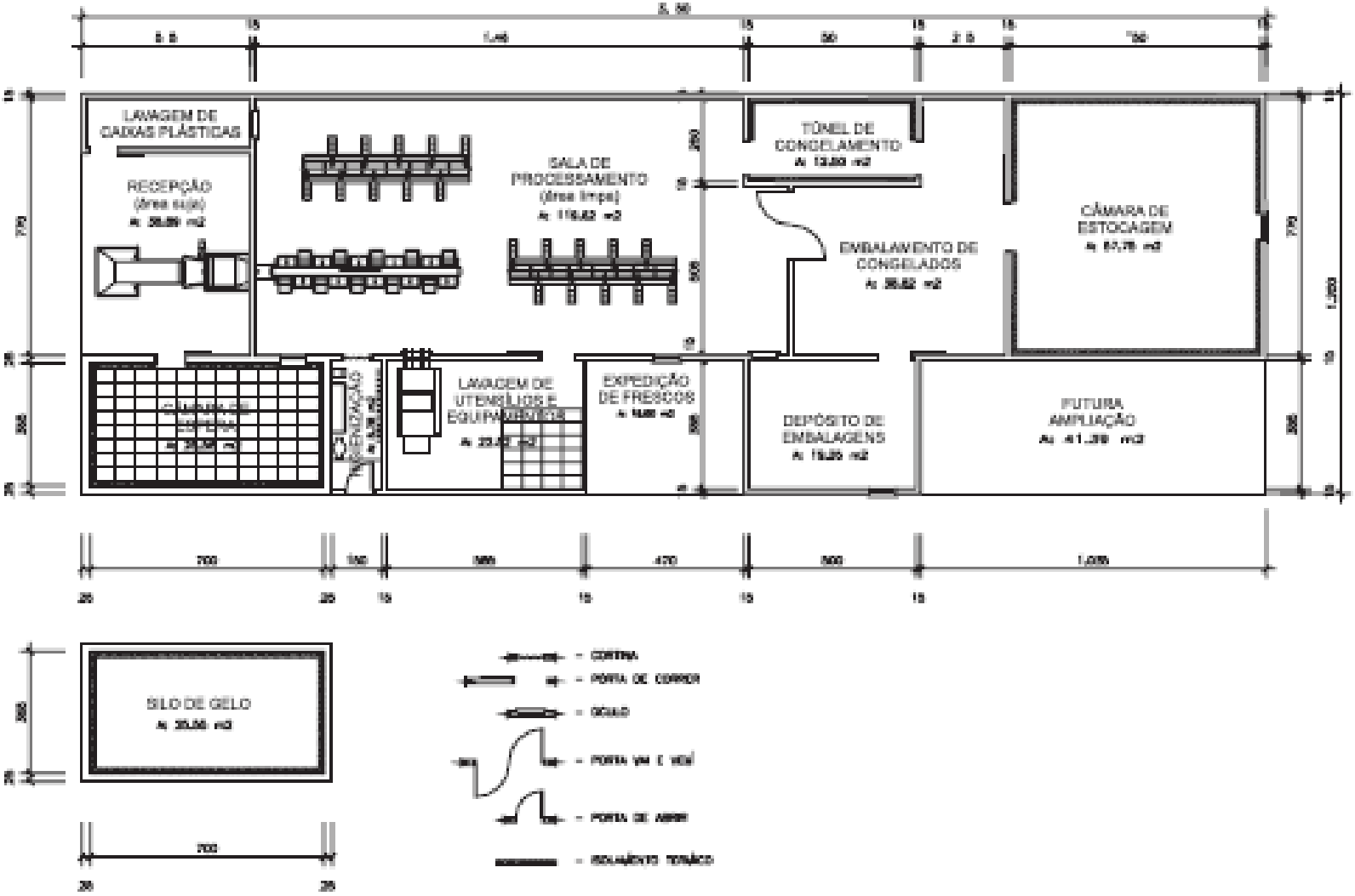
_____

Assinatura e identificação do responsável / sócio-proprietário

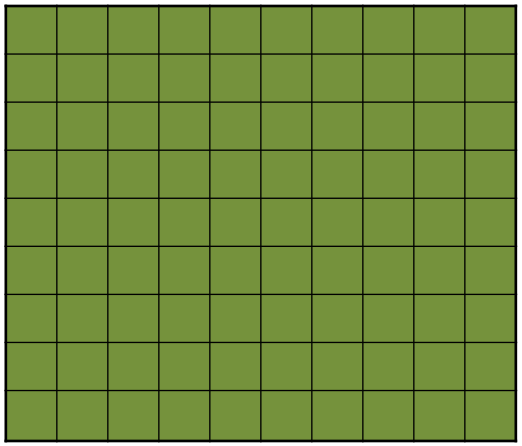
OBS.: ESTE É UM MODELO DE MEMORIAL O QUAL DEVERÁ SER IMPRESSO COM O TIMBRE DA EMPRESA

MODELO DE LAYOUT

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DE PESCADO FRESCO E CONGELADO

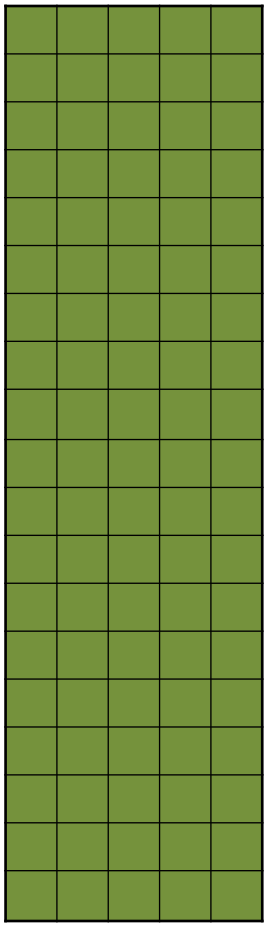


TERRENO X PLANTAS X PROJETOS



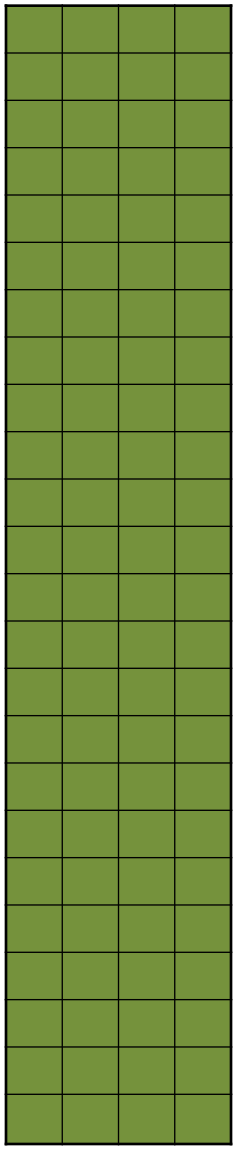
100 X 100 M

10.000 M²



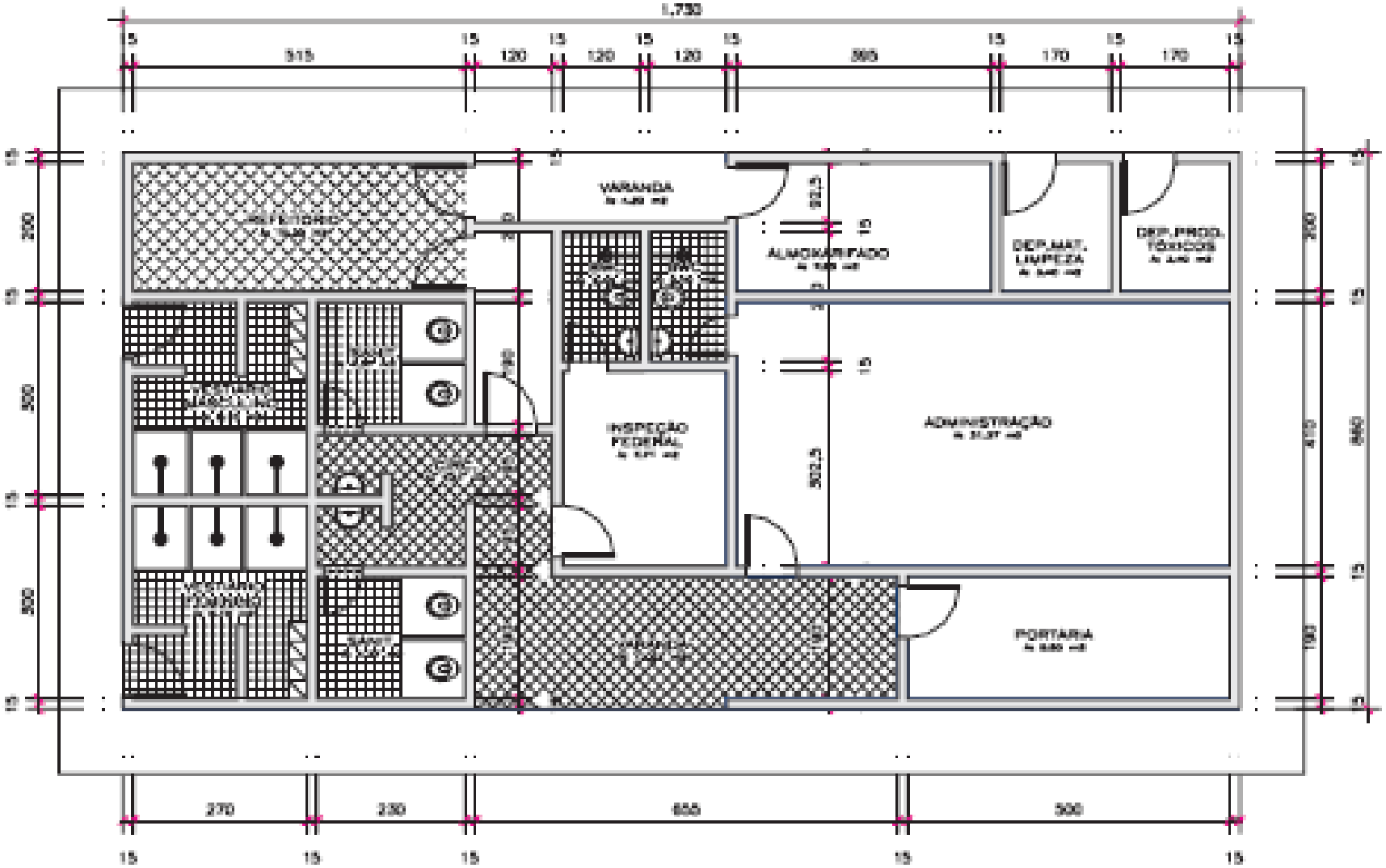
25 X 400 M

20 X 500 M



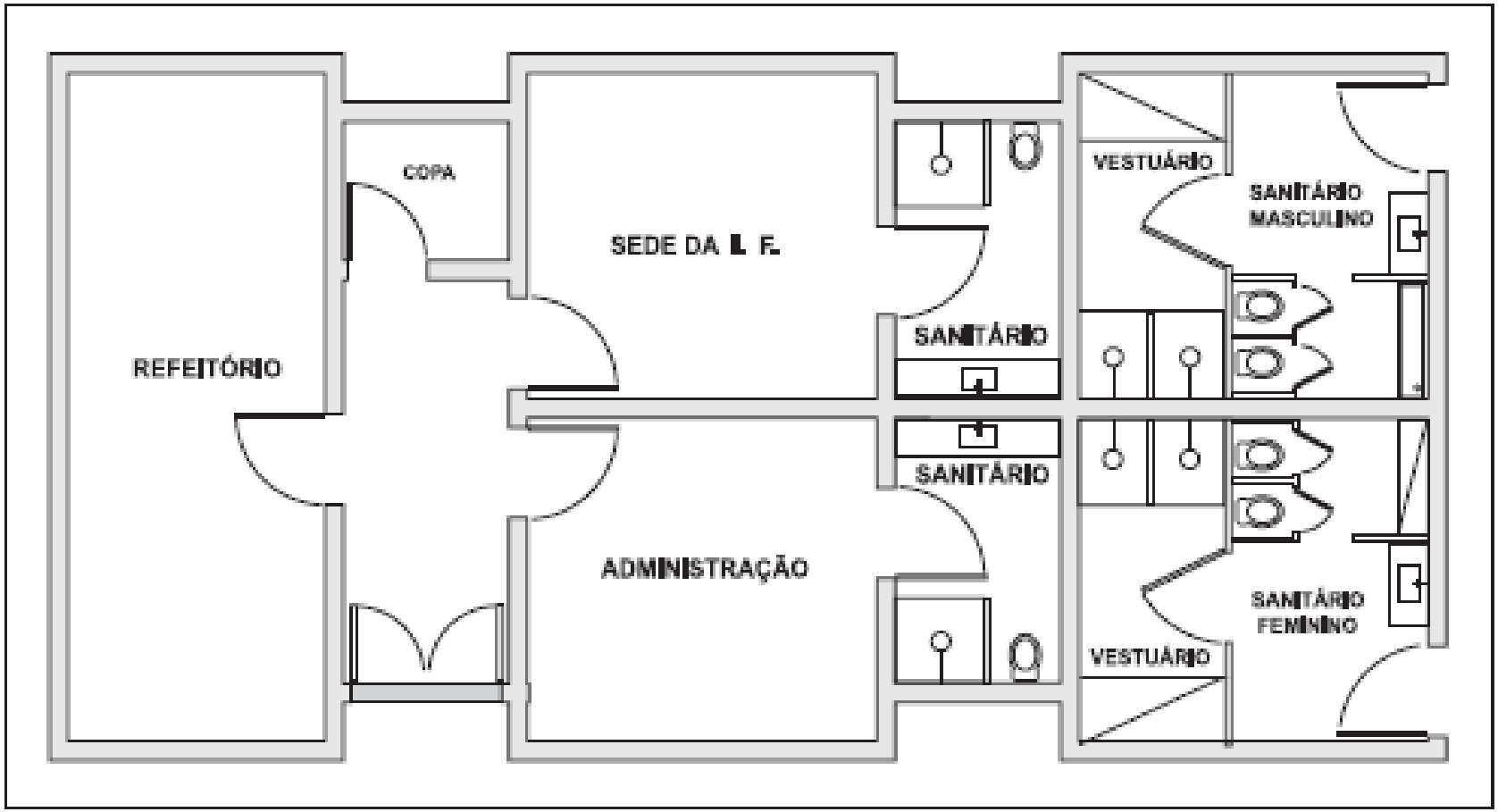
MODELO DE LAYOUT

PRÉDIO DE ADMINISTRAÇÃO PARA ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DE PESCADO



MODELO DE LAYOUT

BLOCO ADMINISTRATIVO



Modelo Sugestão - Planta Área Administrativa do Entreposto de Pescado SEPES-DIPOA-MA

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Elaboração do projeto

- **Cópia do registro do estabelecimento na Junta Comercial do Estado (JUCEC);**
- **Cópia do Registro no Conselho Regional competente (CRMV ou CREA);**
- **Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);**
- **Cópia da inscrição na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (CGF);**
- **Documento comprobatório de posse ou permissão de uso do terreno;**

ETAPAS PARA REGISTRO NO SIM

Elaboração do projeto

- **Liberação concedida pelo setor de obras da prefeitura;**
- **Licença prévia concedida pela autoridade competente do meio ambiente;**
- **Termo de compromisso;**
- **Memorial econômico-sanitário do estabelecimento;**
- **Plantas;**
- **Comprovante de recolhimento da taxa correspondente, quando couber.**

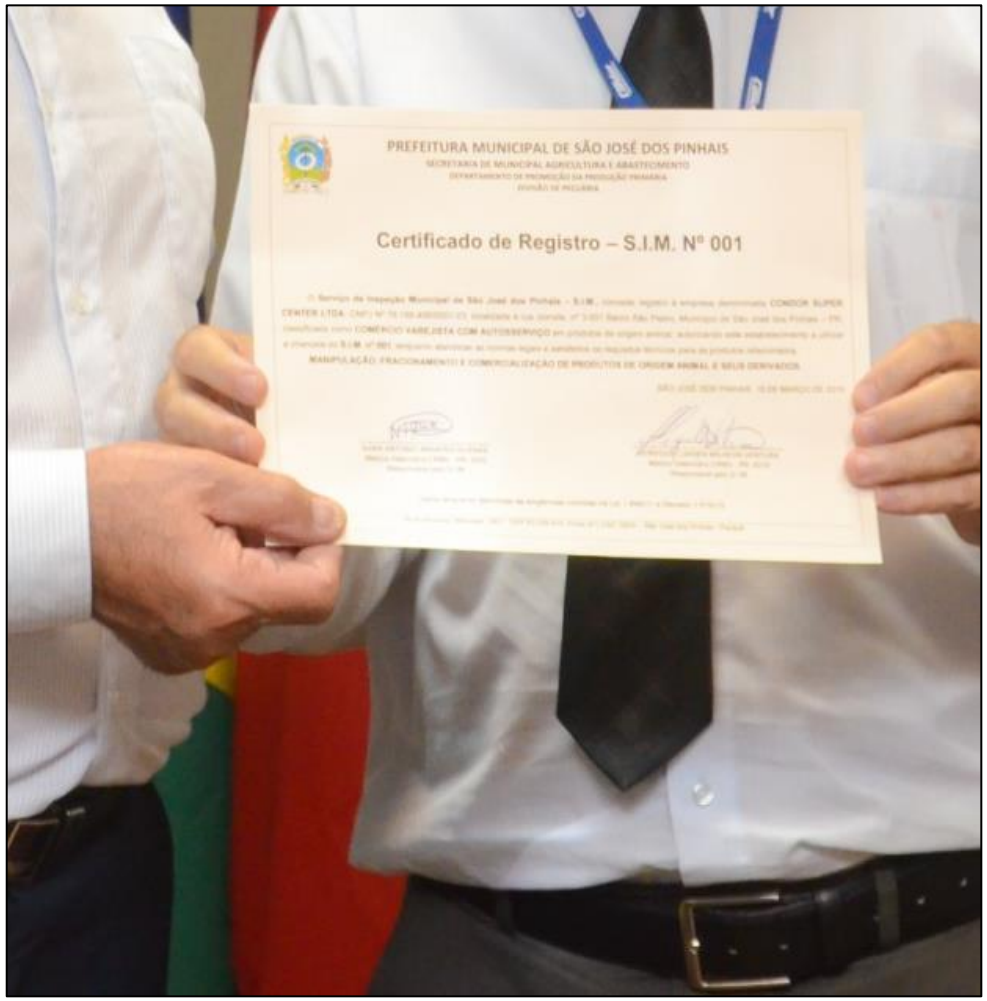
ETAPA	PROCESSO	OBJETIVO	QUEM COMANDA			
			INDÚSTRIA		GOVERNO	
			E	ET	SIF/L	D
3ª FASE APRESENTAÇÃO DO PROJETO PARA ANÁLISE PRÉVIA	ANÁLISE CRÍTICA POR PARTE DO SIF LOCAL	AVALIAR A DOCUMENTAÇÃO E O CONTEÚDO TÉCNICO BUSCANDO A APROVAÇÃO PRELIMINAR		●		
		EVITAR O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO SEM APROVAÇÃO DO ÓRGÃO OFICIAL			●	
		OTIMIZAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS EVITANDO ALGUMA NÃO CONFORMIDADE DO PROJETO	●			
	ENCAMINHAMENTO DO PROJETO AO DIPOA	ATENDER A LEGISLAÇÃO NACIONAL OU INTERNACIONAL				
		BUSCAR A APROVAÇÃO PRÉVIA DO PROJETO PARA GARANTIR A SUA EXECUÇÃO			●	
	ANÁLISE CRÍTICA E PARECER FINAL	ATESTAR QUE O PROJETO APRESENTADO ATENDE AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE				●
		GARANTIR E DISPONIBILIZAR OS INSTRUMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJETO DENTRO DO SUPORTE LEGAL				

Legenda: E=Empresa; ET=Equipe Técnica; SIF/L=Serviço de Inspeção Federal Local; D=DIPOA

ETAPA	PROCESSO	OBJETIVO	QUEM COMANDA			
			INDÚSTRIA		GOVERNO	
			E	ET	SIF/L	D
4ª FASE	CONSTRUÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DE PESCADO DE ACORDO COM O PROJETO APROVADO	ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DE CONFORMIDADE ESTABELECIDAS NO PROJETO		●		●
		HABILITAR-SE PARA A INSPEÇÃO FINAL DE VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE	●			
EXECUÇÃO DO PROJETO	VISTORIA DO SIF LOCAL DURANTE A EXECUÇÃO DOPROJETO	AVALIAR E VERIFICAR O FIEL CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO DO PROJETO PROPOSTO			●	
		PROPICIAR CONDIÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO OPERACIONAL PARA POSTERIOR CONCESSÃO DO REGISTRO DO ESTABELECIMENTO JUNTO AO DIPOA				●

Legenda: E=Empresa; ET=Equipe Técnica; SIF/L=Serviço de Inspeção Federal Local; D=DIPOA

REGISTRO NO SIM



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA DE INHAPI
SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA
SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL – SIM

CERTIFICADO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

A firma Associação Comunitária do Sítio Baixa do Galo, classificada na categoria de estabelecimento Matadouro Frigorífico de Aves, CNPJ: 41.194.184/0001-55, endereço: Sítio Baixa do Galo, Zona Rural, CEP: 57.545-000 na cidade de Inhapi no Estado de Alagoas, telefone(s) (82) 98136-7162, registrado na Secretaria Municipal de Agricultura sob nº 001 de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 Art. 27, inciso II; Lei Federal N° 7.889, de 23 de novembro de 1989, Art. 1° e Art. 4° alínea c) e Lei Municipal N° 44, de 10 de abril de 2015, Art. 9°.

Inhapi-Alagoas, 15 de dezembro de 2016.

Secretário Municipal de Agricultura de Inhapi

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária – DEFIS
Serviço de Inspeção do Paraná/Produtos de Origem Animal – SIP/POA.

Certificado de Registro – SIP/POA Nº 0089-L

Em substituição ao Certificado de Registro datado de 13 de setembro de 2005, O SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO PARANÁ/PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – SIP/POA, concede registro à empresa denominada INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE QUEIJOS SHU LTDA., C.N.P.J. Nº 03.080.580/0001-86, estabelecida à rodovia PR-151, Km. 304 no município de Carambeí, classificada como ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DE LEITE, autorizando a mesma a utilizar a chancela do SIP/POA nº 0089-L, enquanto garantidas as normas legais e sanitárias de requisitos técnicos de produção, para as seguintes atividades:

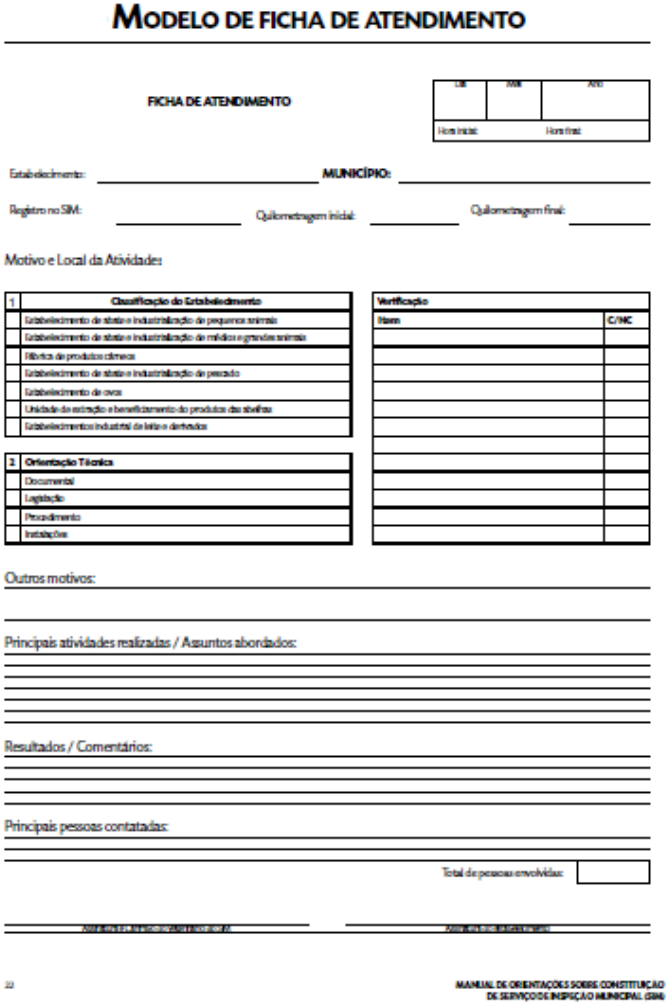
PRODUZIR QUEIJOS TIPO: MINAS PADRÃO, PROVOLONE CURADO DEFUMADO, MUSSARELA E PRATO.

Fica o estabelecimento sob a Responsabilidade Técnica da DRA. SIMONE VERONICA BLOB, MÉDICA VETERINÁRIA, CRMV/PR Nº 08422.

Curitiba, 02 de agosto de 2007

Horacio Bronga
Chefe da Divisão do SIP/POA.
Em exercício.

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM



MODELO DE FICHA DE ATENDIMENTO

FICHA DE ATENDIMENTO

Dia	Mês	Ano
Hora inicial:		Hora final:

Estabelecimento: _____ **MUNICÍPIO:** _____

Registro no SIM: _____ Quilometragem inicial: _____ Quilometragem final: _____

Motivo e Local da Atividades

1	Classificação do Estabelecimento
	Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais
	Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais
	Fábrica de produtos cárneos
	Estabelecimento de abate e industrialização de pescado
	Estabelecimento de ovos
	Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas
	Estabelecimentos industrial de leite e derivados

2	Orientação Técnica
	Documental
	Legislação
	Procedimento
	Instalações

Verificação	
Item	C/NC

Outros motivos: _____

Principais atividades realizadas / Assuntos abordados: _____

Resultados / Comentários: _____

Principais pessoas contatadas: _____

Total de pessoas envolvidas: _____

22

MANUAL DE ORIENTAÇÕES SOBRE CONSTITUIÇÃO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM)

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Anexo I – Modelo de Auto de Apreensão

AUTO DE APREENSÃO

No(s) dia(s) ..... do mês de ..... do ano de ....., no município de ...../.., eu, ..., do Serviço de Inspeção do ....., presentes as testemunhas abaixo assinadas, apreendi do estabelecimento ....., endereço ..... o(s) produto(s) ..... num total de ..... kg, com base na Lei nº ...../..., e no Decreto nº ...../...

O(s) produto(s) fica(m) sob custódia do Serviço de Inspeção ....., não podendo ser comercializado(s), transferido(s) ou devolvido(s), até posterior deliberação.

Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Apreensão, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

Em ..... de ..... de .....

Autuante Autuado

Testemunhas:

RG: ..... RG: .....
CPF: ..... CPF: .....

Anexo II – Modelo de Auto de Infração

AUTO DE INFRAÇÃO

No(s) dia(s) ..... do mês de ..... do ano de ....., no município de ...../.., eu, ..., do Serviço de Inspeção do ....., presentes as testemunhas abaixo assinadas, constatei a seguinte infração, pelo(s) ..... do(s) Artigo(s) ..... do(a) ..... (lei ou decreto), nº ...../..., como abaixo se descreve: .....

Do que, para constar, lavrei o presente Auto de Infração, em três vias, dando cópia ao infrator, que fica sujeito às penas da lei.

Em ..... de ..... de .....

Autuante Autuado

Testemunhas:

RG: ..... RG: .....
CPF: ..... CPF: .....

Anexo III – Modelo de Auto de Multa

AUTO DE MULTA

No(s) dia(s) ..... do mês de ..... do ano de ....., no município de ...../.., eu, ..., do Serviço de Inspeção do ....., confirmado a infração do(s) Artigo(s) ..... do(a) ..... (lei ou decreto) nº ...../..., em que incorreu o estabelecimento ..... estabelecida no endereço ....., como se vê do Auto de Infração, lavrado em ..... do mês de ..... do ano de ....., em anexo, que comprova a mencionada infração.

Assim, baseado no Decreto nº ...../..., faço lavrar contra a mencionada infratora, o presente Auto de Multa, em quatro vias, das quais se entrega uma para seu conhecimento, ficando a mesma citada a recolher em guia de pagamento em anexo dentro de 72 horas, a partir do respectivo ciente da interessada, a quantia de R$ ....., referente à multa estabelecida no dispositivo regulamentar citado, para que não seja cobrado judicialmente.

Assinatura

Ciente em ...../...../....., às ..... horas.

Assinatura Autuado

Anexo IV – Modelo de Termo de Advertência

TERMO DE ADVERTÊNCIA

O Chefe do Serviço de Inspeção de ....., usando das prerrogativas que lhe confere o artigo ....., do Decreto nº ...../..., ADVERTE a empresa ....., estabelecida à ....., no município de ...../..., em virtude da infração ao(s) artigo(s) ..... do(a) Decreto(lei) nº ...../..., ocorrida em ...../...../....., quando ....., conforme Auto de Infração anexo.

Fica o(a) infrator(a) ciente de que a reincidência implicará nas penalidades previstas em lei.

(local) ....., em ...../...../.....

Assinatura e Carimbo do Diretor de Inspeção

Ciente em: ...../...../.....

Assinatura do responsável pela empresa

Anexo V – Modelo de Termo de Doação

TERMO DE DOAÇÃO

No(s) dia(s) ..... do mês de ..... do ano de ....., a empresa ....., estabelecida à ....., no município de ...../..., foi procedida pelo Serviço de Inspeção de ....., em conformidade com o artigo ....., do Decreto nº ...../... e da Lei nº ...../..., teve produtos apreendidos que deveriam ser doados à entidade ...., do município de ...../..., do produto .....

Assinatura e carimbo do Médico Veterinário responsável

Ciente em: ...../...../.....

Assinatura do responsável pela empresa

Anexo VI – Modelo de Termo de Fiel Depositário

TERMO DE FIEL DEPOSITÁRIO

A empresa ....., estabelecida à ....., no município de ...../..., ficará como FIEL DEPOSITÁRIA do(s) produto(s) ....., num total de ....., por ter sido o mesmo apreendido pelo Serviço de Inspeção de ....., com embasamento legal em .....

O produto apreendido ficará à disposição do Serviço de Inspeção do ....., que lhe dará a destino conveniente.

Assinatura e carimbo do Médico Veterinário responsável

Ciente em: ...../...../.....

Assinatura do responsável pela empresa

Anexo VII – Modelo de Controle de Infração e Multa

CONTROLE DE AUTO DE INFRAÇÃO E MULTA

Registro no SIM nº _____ Ano: _____
Razão social do estabelecimento: _____
Localização do estabelecimento: _____
Município: _____

Nº PROCESSO	DATA DO AUTO DE INFRAÇÃO	DATA DO AUTO DE MULTA	RETORNO DO AUTO DE MULTA	VALOR EM UFIR	VALOR EM REAIS	DATA DO PAGAMENTO	DÍVIDA ATIVA	RETORNO DÍVIDA ATIVA	ARQUIVAMENTO

Anexo IX – Modelo de Cadastro de Estabelecimento

SIM do (município) .....

CADASTRO DE ESTABELECIMENTO

Nome: _____

CNPJ/CPF: _____

Classificação: _____

Endereço: _____

Bairro/distrito/comunidade: _____

Município: _____

Telefone: _____ celular: _____

E-mail: _____

Nº registro no serviço: _____

Data de registro do estabelecimento no serviço: _____

Produtos registrados: _____

Dados de produtos: _____

MODELO DE FICHA DE ATENDIMENTO

FICHA DE ATENDIMENTO

Dia	Mês	Ano
Hora inicial:		Hora final:

Estabelecimento: _____ **MUNICÍPIO:** _____

Registro no SIM: _____ Quilometragem inicial: _____ Quilometragem final: _____

Motivo e Local da Atividade:

1	Classificação do Estabelecimento
	Estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais
	Estabelecimento de abate e industrialização de médios e grandes animais
	Fábrica de produtos cárneos
	Estabelecimento de abate e industrialização de pescado
	Estabelecimento de ovos
	Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas
	Estabelecimentos industrial de leite e derivados

2	Orientação Técnica
	Documental
	Legislação
	Procedimento
	Instalações

Verificação	
Item	C/NC

Outros motivos: _____

Principais atividades realizadas / Assuntos abordados: _____

Resultados / Comentários: _____

Principais pessoas contatadas: _____

Total de pessoas envolvidas: _____

_____ _____

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 30.691, DE 29 DE MARÇO DE 1952.

Texto compilado

Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

(Vide Decreto nº 39.093, de 29 de março de 1956)

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I. da Constituição e tendo em vista o que dispõe o artigo 14 da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o novo Regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que com êste baixa assinado pelo Ministro de Estados dos Negócios da Agricultura, a ser aplicado nos estabelecimentos que realizem comércio interestadual ou internacional nos têrmos do artigo 4º, alínea "a", da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950.

Art. 2º Este Decreto entrará, em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1952; 131º da Independência e 64º da República.

Getulio Vargas.
João Cleofas.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 7.7.1952

REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Portaria Nº 368, DE 04 DE SETEMBRO DE 1997

Situação: Vigente

Publicado no Diário Oficial da União de 08/09/1997 , Seção 1 , Página 19697

Ementa: Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos

Histórico:

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO MAPA
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA – SDA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL -DIPOA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS - CGPE

Circular Nº 175/2005/CGPE/DIPOA **Brasília, 16 de maio de 2005**

Do: Coordenador Geral de Programas Especiais / DIPOA
Aos: Superintendentes Federais de Agricultura e Chefes dos SIAs
Assunto: Procedimentos de Verificação dos Programas de Autocontrole (Versão Preliminar)

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Programas de Autocontrole

(1) Manutenção das instalações e equipamentos industriais;
(2) Vestiários e sanitário;
(3) Iluminação;
(4) Ventilação;
(5) Água de abastecimento;
(6) Águas residuais;
(7) Controle integrado de pragas;
(8) Limpeza e sanitização (PPHO = Procedimentos Padrões de Higiene Operacional);
(9) Higiene, hábitos higiênicos e saúde dos operários;
(10) Procedimentos Sanitários das Operações;
(11) Controle da matéria-prima, ingredientes e material de embalagem;
(12) Controle de temperaturas;
(13) Calibração e aferição de instrumentos de controle de processo;
(14) APPCC – Avaliação do Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
(15) Testes microbiológicos (Contagem total de mesófilos, Contagem de Enterobacteriaceae, Salmonella spp., E.coli, Listeria spp.)
(16) Certificação dos produtos exportados.

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SDA
DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL – DIPOA
COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS ESPECIAIS – CGPE

CIRCULAR Nº 176/2005/CGPE/DIPOA Brasília, 16 de maio de 2005.

Do: Coordenador Geral de Programas Especiais – CGPE do DIPOA

Ao:Superintendentes Federais de Agricultura e Chefes dos SIAs

Assunto: Modificação das Instruções para a verificação do PPHO, encaminhados pela Circular Nº 201/97 DCI/DIPOA e aplicação dos procedimentos de verificação dos Elementos de Inspeção previstos na Circular Nº 175/2005 CGPE/DIPOA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA
DEPTO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL - DIPOA

RELATÓRIO DE NÃO CONFORMIDADE

1. Data	2. Relatório nº	3. Estabelecimento e nº do SIF

4. PARA (Nome e Cargo)

5. EMBASAMENTO LEGAL (Art. RIISPOA)

6. SEÇÃO/ PÁGINAS DO PROGRAMA DE AUTOCONTROLE	APPCC	PPHO	OUTROS

7. CÓDIGO E ELEMENTO DE INSPEÇÃO

8. INDICADORES DE CLASSIFICAÇÃO DE NÃO CONFORMIDADE

PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE	A. ☐ PPHO	( ) Monitoramento	( ) Ação corretiva	( ) Registro	( ) Implementação
	B. ☐ APPCC	( ) Monitoramento	( ) Ação corretiva	( ) Registro	( ) Implementação
C. ☐ CONTROLES MICROBIOLÓGICOS		( ) E. coli	( ) Salmonella	( ) Listeria	( ) Outros
D. ☐ OUTROS PROGRAMAS		( )	( )	( )	( )

9. DESCRIÇÃO DE NÃO CONFORMIDADE

10. Assinatura do Funcionário do Serviço de Inspeção Federal

11. Resposta do Gerente do Estabelecimento (ações imediatas)

12. Resposta do Gerente do Estabelecimento (cronograma de ações planejadas)

Este documento é uma notificação escrita da falha em atender as exigências regulamentares podem resultar em adicional ação administrativa e legal

13. Assinatura do Gerente do Estabelecimento	14. Data
15. Assinatura de Verificação do Funcionário do Serviço de Inspeção	16. Data

Distribuição: 2 vias (Estabelecimento e SIF)

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Ofício Circular Nº 24/ 2009 /GAB/DIPOA Brasília, 11 de setembro de 2009

Do: Diretor do DIPOA/SDA
Aos: Chefes de SIPAG
C/C: Chefes de Divisões Técnicas e Superintendentes Federais de Agricultura
Assunto: Verificação dos programas de autocontrole de estabelecimentos sob Inspeção Federal processadores de leite e derivados, mel e produtos apícolas.

Ofício Circular Nº 07 DILEI/CGI/DIPOA **Brasília, 11 de setembro de 2009**

DA: Chefe da DILEI/CGI/DIPOA
Aos: Chefes dos SIPAG
Assunto: Procedimentos de Verificação dos Programas de Autocontrole em estabelecimentos processadores de leite e derivados, mel e produtos apícolas

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Programas de Autocontrole

(1) Manutenção das instalações e equipamentos industriais;
(2) Vestiários, sanitários e barreiras sanitárias;
(3) Iluminação;
(4) Ventilação;
(5) Água de abastecimento;
(6) Águas residuais;
(7) Controle integrado de pragas;
(8) Limpeza e sanitização;
(9) Higiene, hábitos higiênicos, treinamento e saúde dos operários;
(10) Procedimentos Sanitários das Operações;
(11) Controle da matéria-prima, ingredientes e material de embalagem;
(12) Controle de temperaturas;
(13) Calibração e aferição de instrumentos de controle de processo;
(14) APPCC – Avaliação do Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle;
(15) Controles laboratoriais e análises;
(16) Controle de formulação dos produtos fabricados;
(17) Certificação dos produtos exportados

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal

M A P A
149 ANOS
ABASTECENDO O BRASIL
PRODUZINDO PARA O MUNDO

OFÍCIO CIRCULAR GAB/DIPOA Nº 35 /09 **Brasília, 13/11/2009**

DE: Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Aos: Chefes dos SIPAG's
C/C: Aos Chefes de Divisão Técnica e Superintendentes federais de Agricultura

ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AUTOCONTROLE EM ESTABELECIMENTOS DE PESCADO E DERIVADOS

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Programas de Autocontrole

(1) Manutenção das instalações e equipamentos industriais;
(2) Vestiários, sanitários e barreiras sanitárias;
(3) Iluminação;
(4) Ventilação;
(5) Água de abastecimento e gelo;
(6) Águas residuais;
(7) Controle integrado de pragas;
(8) Limpeza e sanitização;
(9) Higiene, hábitos higiênicos, treinamento e saúde dos operários;
(10) Procedimentos Sanitários das Operações (PSO);
(11) Controle da matéria-prima, ingredientes e material de embalagem;
(12) Controle de temperaturas;
(13) Calibração e aferição de instrumentos de controle de processo;
(14) APPCC – Avaliação do Programa de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle;
(15) Testes laboratoriais;
(16) Controle de formulação / combate à farude;
(17) Bem estar animal;
(18) Embasamento para certificação.

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Nova organização do Sistema de Inspeção

- **Papel da Indústria:** Responsável pela qualidade dos produtos;

- **Papel do Governo (SIF):** Responsável pela verificação do cumprimento da legislação através de Evidências Auditáveis, geradas pela aplicação dos Programas de Auto-controles.

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

REGISTRO DE NÃO CONFORMIDADE DO INSPETOR		
1. Data	2. Nº do Documento:	3. Razão Social e nº do SIE:
4. Descrição de Não Conformidade:		
5. Ação da Inspeção:		
6. Assinatura do Inspetor:		
7. Resposta do Responsável pelo Estabelecimento (ações corretivas e datas previstas para conclusão). Informar ações imediatas e cronograma de ações planejadas: Assinatura do Responsável pelo Estabelecimento		
8. Verificação das ações corretivas pelo Inspetor: ( ) Efetivas ( ) Não Efetivas		
9. Assinatura de Verificação do Inspetor		10. Data de verificação

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Cronograma de ações corretivas em resposta ao Termo de Fiscalização nº_____

Razão Social: _____ **SIE:** _____

Município/ADR : _____ **Data:** _____

Inconformidade nº	Descrição detalhada da ação corretiva e/ou paliativa a serem tomadas pela empresa para correção do problema	Prazo (data de conclusão)	PARA USO	
			Parecer favorável, Sim ou Não	Verificação do atendimento da ação corretiva (ass. do Fiscal e Data)

_____ _____ _____ _____

Assinatura e carimbo do Responsável Técnico | Assinatura do Proprietário | Assinatura e carimbo do Inspetor | Assinatura e carimbo do Fiscal

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

COMUNICAÇÃO DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA E/OU ZOONOSES

Razão Social: _____ SIE: _____

Município: _____ Espécie: _____

Data do abate:	GTA (Nº)	Município de origem	Animais acometidos (Nº)	* Diagnóstico presuntivo	Brincos relacionados (bovinos e bubalinos)

Data de envio: _____

_____
Ass. e carimbo do inspetor

* Doenças de Notificação Obrigatória conforme lista oficial da OIE (http://www.oie.int) e zoonoses

OBS: Comunicar imediatamente ao escritório local da CIDASC no Município onde se localiza o estabelecimento.

Registro Diário de Controle de Recebimento de Leite

Razão Social _____ SIE: _____

Município/ADR: _____ Mês/ano: _____

Responsável pelos testes: _____ Assinatura: _____

VERSÃO 1

Data	Hora da Chegada	Veículo (placa)	Quantidade de Leite Recebido (L)	Temp. (ºC)	Alizarol (min. 72% v/v)	Acidez (Dornic) 14 a 18ºD	Redutase 2:30h	Densidade a 15ºC (g/ml) 1,028 a 1,034	Índice crioscópico (-0,530ºH) (-0,512ºC)	Teor de gordura Mín. 3%	Proteína Mín. 2,9%	E.S.D. (%) Mín. 8,4	E.S.T. (%) Mín. 11,4	Pesquisa de Antibióticos NEG	Pesquisa Colostrometro	Pesquisa de neutliz. de acidez AUS	Destino Liberado/ condenado	* Fosfatase	* Peroxidase

* Fosfatase e peroxidase: obrigatório quando a matéria-prima for proveniente de Usina e ou Fábrica (leite pasteurizado) e após a pasteurização, quando recebido de produtores (leite cru).

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

REGISTRO DIÁRIO DE ABATE E CONDENAÇÃO - AVES

Razão Social: _____ SIE: _____

Data: _____ GTA(s): _____

CAUSAS DE CONDENAÇÃO	CONDENAÇÕES			
	TOTAL (UN)	%	PARCIAL (UN)	%
Abcesso				
Aerossaculite				
Artrite				
Aspecto Repugnante				
Caquexia				
Celulite				
Colibacilose				
Contaminação				
Contusão/Fratura				
Dermatoses				
Escaldagem Excessiva				
Evisceração Retardada				
Tumores				
Salpingite				
Sangria Inadequada				
Septicemia				
Síndrome Ascítica				
Síndrome Hemorrágica				
TOTAL				

OBS: Outras causas de condenação não especificadas acima deverão ser relacionadas nos espaços em branco.

TOTAL DE AVES TRANSPORTADAS: _____

MORTAS NO TRANSPORTE: _____ PERCENTUAL MORT. NO TRANSPORTE: _____

TOTAL DE AVES ABATIDAS: _____ MATRIZES ABATIDAS: _____

_____
Assinatura e carimbo do médico veterinário inspetor

REGISTRO DIÁRIO DE ABATE E CONDENAÇÕES - RUMINANTES

Razão Social: _____ SIE: _____

Município: _____ Data: _____ Espécie: _____

ÓRGÃOS E PARTES CONDENADAS											DESTINO DAS CARÇAÇAS APREENDIDAS				
												Aproveitamento Condicional			
CABEÇA	LÍNGUA	TÉRAX	CONDÇÃO	PULMÕES	FÍGADO	RIM	BAÇO / ESÔFAGO / BEXIGA	PÊS	CARÇAÇA	← CAUSAS →	CONDENAÇÃO TOTAL (INCLUSIVE CARÇAÇA)	CONDENAÇÃO PARCIAL	DESTINO CARÇAÇA NO CAMIÃO	CAUSA	COMPLIMENTO
										ABCESSO					
										ABORTO					
										ADERÊNCIA					
										ARTRITE					
										ASPIRAÇÃO DE VÔMITO					
										ASPIRAÇÃO DE SANGUE					
										ATELECTASIA PULMONAR					
										BRONQUITE					
										BRUCELOSE					
										CÁLCULO RENAL					
										CAQUEXIA					
										CIRROSE					
										CISTICERCOSE CALCIFICADA					
										CISTICERCOSE VIVA					
										CISTO URINÁRIO					
										COMBSTÃO/TILEANGIECTASIA					
										CONTAMINAÇÃO					
										CONTUSÃO/FRATURA					
										DISTROFIA					
										EMBRIÕNICA					
										EMPIEMA					
										ENTERITE					
										ENTEROPATIA					
										ESCAPADISTOMOSE					
										ESTEATOSE HEPÁTICA					
										EVISCERAÇÃO RETARDADA					
										FASCIOLOSE					
										FIXAÇÃO ADIANTADA					
										HEATOSE					
										HEMOMEPROSIS/HEMOPROSE					
										ICTÉRICIA					
										INFARTO ISQUÊMICO					
										MASTITE					
										MELANOSE					
										METRITE					
										NEFRITE					
										NEOPLASIA					
										PERICARDITE					
										PERIHEPATITE					
										PERITONITE					
										PLEUROPNEUMONIA					
										PNEUMONIA VERMINÓTICA					
										SARCOSPORIDIOSE					
										TUBERCULOSE					
										OUTROS					

Quantidade de animais abatidos: _____

_____
Inspetor - Assinatura e carimbo

REGISTRO DIÁRIO DE ABATE E CONDENAÇÕES - SUÍNOS

Razão Social: _____ SIE: _____

Município: _____ Data: _____

ÓRGÃOS E PARTES CONDENADAS											DESTINO DAS CARÇAÇAS APREENDIDAS				
												Aproveitamento Condicional			
CABEÇA / PAPADA	LÍNGUA	TÉRAX	CONDÇÃO	PULMÕES	FÍGADO	RIM	BAÇO / ESÔFAGO / BEXIGA	PÊS	CARÇAÇA	← CAUSAS →	CONDENAÇÃO TOTAL (INCLUSIVE CARÇAÇA)	CONDENAÇÃO PARCIAL	DESTINO CARÇAÇA NO CAMIÃO	CAUSA	COMPLIMENTO
										ABCESSO					
										ADERÊNCIA PERICÁRDIO					
										ADERÊNCIA PERITONIO					
										ADERÊNCIA PLEURA					
										ARTRITE					
										ASPIRAÇÃO DE LÍQUIDO					
										ASPIRAÇÃO DE SANGUE					
										ATELECTASIA PULMONAR					
										CÁLCULO RENAL					
										CAQUEXIA					
										CIRROSE					
										CISTICERCOSE					
										CISTO URINÁRIO					
										COMBSTÃO/TILEANGIECTASIA					
										CONTAMINAÇÃO					
										CONTUSÃO/FRATURA					
										CRIPTORQUIDISMO					
										EMBRIÕNICA					
										EMPIEMA					
										ENTERITE					
										ERISIPELA					
										ESTEATOSE HEPÁTICA					
										EVISCERAÇÃO RETARDADA					
										HEATOSE					
										HEMOMEPROSE					
										INFARTO ISQUÊMICO					
										LESÃO DE MIGR. LARVAL					
										LINFADENITE					
										MELANOSE					
										METRITE					
										NEFRITE					
										NEOPLASIA					
										PERICARDITE					
										PERIHEPATITE					
										PERITONITE					
										PLEUROPNEUMONIA					
										PNEUMONIA INCIDÍTICA					
										PNEUMONIA VERMINÓTICA					
										RINITE ATRÓFICA					
										SARCOSPORIDIOSE					
										SARNA					
										TUBERCULOSE					
										OUTROS					

Quantidade de animais abatidos: _____

Quantidade de matrizes: _____

_____
Inspetor - Assinatura e carimbo

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

REGISTRO MENSAL ANTE MORTEN - AVES E SUÍNOS

Razão Social: SIE:

Município: Mês/Ano

VERSÃO 1

Data	GTA (Nº)	Espécie	Documento sanitário		Procedência Município	Quantidade	Obs:
			Sim	Não			

Assinatura e carimbo do Inspetor

REGISTRO MENSAL ANTE MORTEN - RUMINANTES

Razão Social: SIE:

Município: Mês/Ano:

VERSÃO 1

Data	Número da GTA	Espécie	Procedência Município	Quantidade		Obs:
				M	F	

Assinatura e carimbo do Inspetor

Registro Mensal de Análises – Leite

Razão Social SIE:

Município/ADR: Mês/ano:

VERSÃO 1

Data de coleta	Hora de coleta	Código do produtor	Rota (Nº)	Número do Frasco	Data de Análise	Físico-Químico					Microbiológico
						Gordura	Proteína	Sólidos Totais	Lactose	CCS	CBT

OBS: No mínimo uma (01) análise mensal por produtor

Assinatura e carimbo – Inspetor

REGISTRO MENSAL DE RECEBIMENTO DE MATÉRIA PRIMA

RAZÃO SOCIAL: SIE nº:

MUNICÍPIO: MÊS/ANO: PÁGINA:

DATA	PRODUTO	FORNECEDOR	SIE/SIF de ORIGEM	NOTA FISCAL Nº	TEMPERATURA	VALIDADE	QUANTIDADE

Assintatura e carimbo do Responsável Técnico

Assintatura e carimbo do Inspetor

Relatório Mensal de Atividades da Inspeção

Nome do Inspetor: CRMV/SC:

Razão Social da Credenciadora/Prefeitura: Mês/Ano:

Empresas (Razão Social)	Nº do SIE	Carga horária executada (H)	Coltheita de amostras de produtos (nº)	Quantidade de RNCs emitidos	Os prazos do Plano de Ação da CIDASC foram cumpridos	Informar o número de cada ação do plano não cumprida
1 -					( )Sim ( )Não	
2 -					( )Sim ( )Não	
3 -					( )Sim ( )Não	
4 -					( )Sim ( )Não	
5 -					( )Sim ( )Não	
6 -					( )Sim ( )Não	
7 -					( )Sim ( )Não	
8 -					( )Sim ( )Não	
9 -					( )Sim ( )Não	
10 -					( )Sim ( )Não	
11 -					( )Sim ( )Não	
12 -					( )Sim ( )Não	
13 -					( )Sim ( )Não	
14 -					( )Sim ( )Não	
15 -					( )Sim ( )Não	
Total						

Carimbo e assinatura do Inspetor

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Relatório Mensal de Abate e Condenação de Aves

Razão Social: ______ SIE nº: ______

Município: ______ Mês/Ano: ______

Data	GTAs (número dos documentos)	Aves Abatidas (Nº)	Condenação total		Condenação parcial	
			Nº	%	Nº	%
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
				#DIV/0!		#DIV/0!
Total		0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!

Assinatura do proprietário

Assinatura e carimbo do inspetor

Relatório Mensal de Abate e Condenações - Ruminantes

Espécie: ______

Razão Social: ______ SIE nº: ______

Município: ______ Mês/Ano: ______

Data	GTAs (número dos documentos)	Animais Abatidos (Nº)	CONDENAÇÃO TOTAL (GRAXARIA) Nº	CONDENAÇÃO PARCIAL Nº	Aproveitamento Condicional			LIBERAÇÃO Nº
					ESTERILIZAÇÃO POR CALOR Nº	SALGA Nº	CONGELAMENTO Nº	
Total								

Assinatura do proprietário

Assinatura e carimbo do inspetor

Relatório Mensal de Abate e Condenações - Suínos

Razão Social: ______ SIE nº: ______

Município: ______ Mês/Ano: ______

Data	GTAs (número dos documentos)	Animais Abatidos (Nº)	CONDENAÇÃO TOTAL (GRAXARIA) Nº	CONDENAÇÃO PARCIAL Nº	Aproveitamento Condicional			LIBERAÇÃO Nº
					ESTERILIZAÇÃO POR CALOR Nº	SALGA Nº	CONGELAMENTO Nº	
Total								

Assinatura do proprietário

Assinatura e carimbo do inspetor

Relatório Mensal de Produção de Entrepostos Fracionamento de Cárneos e/ou Lácteos

Razão Social: ______ SIE: ______

Município/ADR: ______ Mês/ano: ______

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Carne Bovina (KG)												
Carne Suína (KG)												
Carne de Aves (KG)												
Carnes de Ovinos/caprinos (KG)												
Miúdos (KG)												
Carnes Temperadas (KG)												
Derivados Cárneos (KG)												
Derivados Lácteos (KG)												
Outros (especificar abaixo):												
Total												

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

Relatório Mensal de Produção de Fábrica de Conservas e Produtos Suínos

Razão Social: ______ SIE: ______

Município/ADR: ______ Mês/ano: ______

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Carne Bovina (KG)												
Carne Suína (KG)												
Carne de Aves (KG)												
Carnes de Ovinos/Caprinos (KG)												
Miúdos (KG)												
Carnes Temperadas (KG)												
Frescais, Salgados e Curados (KG)												
Dessecados (KG)												
Cozidos (KG)												
Produtos Gordurosos Comestíveis (KG)												
Outros (especificar abaixo):												
Total												

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

Relatório Mensal de Produção Matadouro Frigorífico

Razão Social: **SIE:**

Município/ADR: **Mês/ano:**

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Carne Bovina (KG)												
Carne Suína (KG)												
Carne de Aves (KG)												
Carnes de Ovinos/Caprinos (KG)												
Miúdos (KG)												
Carnes Temperadas (KG)												
Frescais, Salgados e Curados (KG)												
Dessecados (KG)												
Cozidos (KG)												
Produtos Gordurosos Comestíveis (KG)												
Sangue (KG)												
Envoltórios (KG)												
Outros (especificar abaixo):												
Total												

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

Relatório Mensal de Produção de Ovos

Razão Social: **SIE:**

Município/ADR: **Mês/ano:**

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Ovos Brancos G (dúzias)												
Ovos Brancos M (dúzias)												
Ovos Brancos P (dúzias)												
Ovos Vermelhos G (dúzias)												
Ovos Vermelhos M (dúzias)												
Ovos Vermelhos P (dúzias)												
Ovos de codorna (dúzias)												
Ovos de codorna em conserva (KG drenado)												
Outros (especificar abaixo):												

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

Relatório Mensal de Produção de Leite e Derivados

Razão Social: **SIE:**

Município/ADR: **Mês/ano:**

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Leite cru recebido (L)												
Leite envasado (L)												
Queijos de Muito Alta Umidade (KG)												
Queijos de Alta Umidade (KG)												
Queijos de Média Umidade (KG)												
Queijos de Baixa Umidade (KG)												
Doce de Leite (KG)												
Manteiga (KG)												
Creme de Leite (KG)												
Bebida Láctea (L)												
Iogurte (L)												
Outros (informar abaixo):												

Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

Relatório Mensal de Produção de Pescados

Razão Social: **SIE:**

Município/ADR: **Mês/ano:**

VERSÃO 1

Produtos	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Peixe Congelado (KG)												
Peixe Resfriado (KG)												
Camarão Congelado (KG)												
Camarão Resfriado (KG)												
Molusco Congelado (KG)												
Molusco Resfriado (KG)												
Produtos Defumados (KG)												
Produtos Salgados (KG)												
Conservas (KG)												
Outros (especificar abaixo):												
TOTAL												

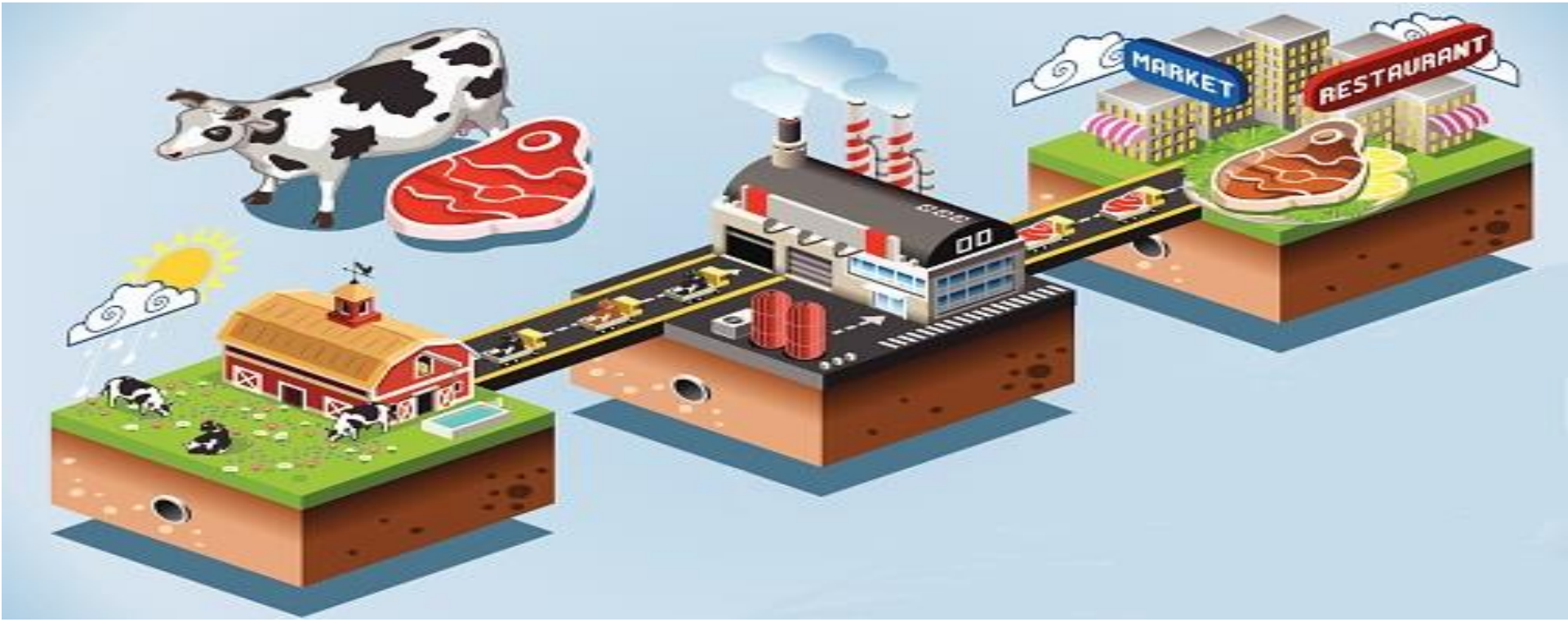
Assinatura e carimbo – Inspetor

Assinatura e carimbo – Responsável Técnico

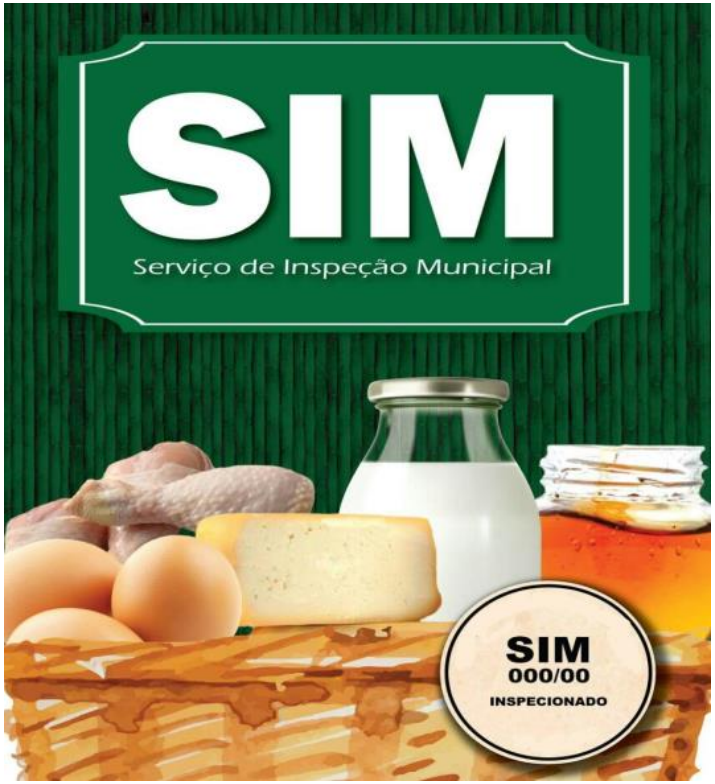
OPERACIONALIZAÇÃO DO SIM

IMPORTÂNCIA DO SIM

O Serviço de Inspeção garante a qualidade do alimento que chega a nossa mesa, evitando que a população adoeça



IMPORTÂNCIA DO SIM



A implantação do SIM fortalece a economia dos municípios, uma vez que impulsiona a venda dos produtos industrializados e o aumento da renda das famílias. A renda gerada aumenta a capacidade de consumo das famílias, aquecendo o comércio.

E, ainda, com a legalização dos estabelecimentos industriais ou entrepostos de produtos de origem animal aumenta a arrecadação de tributos pelos municípios.

IMPORTÂNCIA DO SIM

Uma vez implantado o SIM, o município pode ter acesso a recursos de Ministérios e Projetos de Governo para estruturação da Prefeitura e de agroindústrias locais, bem como regularização do matadouro público

Sem o SIM, a Prefeitura deixa de receber recursos do PAA e do PNAE para compra de produtos de origem animal dos agricultores familiares, que devem buscar outros mercados para seus produtos

Programa de Aquisição de Alimentos

Modalidades

MODALIDADE*	FONTE DE RECURSO	LIMITES	EXECUTOR	FORMA DE ACESSO
Compra Direta	MDS/MDA	R$ 8 mil	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Formação de Estoque	MDS/MDA	R$ 8 mil R$ 1.5 milhões	CONAB	Individual, cooperativa e associação
Compra Direta com Doação Simultânea	MDS	R$ 4,5 mil (Individual) R$ 4,8 mil (Cooperativa/associação)	CONAB, estados e municípios	Individual, cooperativa e associação
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	MDS	R$ 4 mil por semestre	Estados do Nordeste e norte de MG	Individual, cooperativa e associação
Compra Institucional	Recursos do proponente	R$ 8 mil	o próprio proponente	Cooperativa e associação

AGRICULTURA FAMILIAR NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Limite por DAP/ano = R$ 20 mil

Quem acessa ao PAA pode acessar ao PNAE simultaneamente.

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

SISTEMA UNIFICADO DE ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA

SISBI

SISTEMA BRASILEIRO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Lei nº 8.171/1991 (Lei Agrícola), alterada pela Lei nº 9.712/1998, nos artigos 27, 28 e 29: constituiu o SUASA.

Decreto nº 5.741/2006 - regulamentou o SUASA.

IN nº 19/2006

> Estabelece os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Processo de Adesão/manutenção SISBI-POA

SIM	• **Requerimento e apresentação de documentação**
SIE	• **Análise e Aprovação da documentação**
SIE	• **Auditoria Técnico-administrativa**
MAPA	• **Aprovação Final – Adesão**
MAPA	• **Auditorias técnico-administrativas (SIE)**, Periódicas, para aperfeiçoamento do Sistema e manutenção da adesão.

* 90 dias, para análise da documentação, realização de auditorias e Parecer

Como atingir a equivalência?
(Serviços de Inspeção)

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

Em infra-estrutura administrativa serão avaliados:

- Recursos humanos – profissionais capacitados em número compatível e sem conflitos de interesse;
- Estrutura física – materiais de apoio e equipamentos;
- Sistema de informação – banco de dados sobre todo o serviço, alimentado e atualizado
- Infra-estrutura – veículos oficiais em número e condições adequadas.

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

Em inocuidade dos produtos serão avaliados:

- Atividades de inspeção tecnológica e higiênica-sanitária;
- Ferramentas de autocontrole.

Serão consideradas a aplicação das Boas Práticas de Fabricação – BPF e os registros e evidências auditáveis sobre a inspeção.

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

Em qualidade dos produtos serão avaliados:

- Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade - RTIQ;
- Rotulagem.

Os produtos sob inspeção dos serviços que fazem parte do SUASA serão identificados em seu rótulo por um logotipo definido pela Coordenação do SUASA.

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

Em prevenção e combate a fraude será avaliado o atendimento de critérios estabelecidos pela legislação federal sobre a qualidade e composição centesimal dos produtos.

Em controle ambiental será avaliado o atendimento da regularidade ambiental e da autorização para construção dos estabelecimentos, de acordo com legislação dos órgãos responsáveis.

EQUIVALÊNCIA ENTRE OS SERVIÇOS DE INSPEÇÃO

Equivalência

Não ser necessariamente igual

↓

mas atingir os mesmos objetivos

“SIMPLIFICAÇÃO” DO REGISTRO NO SIM

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 23 DE JUNHO DE 2015

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das suas atribuições que lhes confere os incisos I e II, parágrafo único, art. 87, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 7º do Anexo do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e, ainda, a necessidade de instituir medidas que normatizem a agroindustrialização de produtos de origem animal nos estabelecimentos de pequeno porte, resolve:

Art. 1º Estabelecer, em todo o território nacional, as normas específicas de inspeção e a fiscalização sanitária de produtos de origem animal, referente às agroindústrias de pequeno porte.

§ 1º As atividades previstas no caput devem observar as competências e as normas relacionados ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 2º Entende-se por estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal o estabelecimento de agricultores familiares ou de produtor rural, de forma individual ou coletiva, com área útil construída de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), dispondo de instalações para:

I - abate ou industrialização de animais produtores de carnes;

II - processamento de pescado ou seus derivados;

III - processamento de leite ou seus derivados;

IV - processamento de ovos ou seus derivados; e

V - processamento de produtos das abelhas ou seus derivados;

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2017

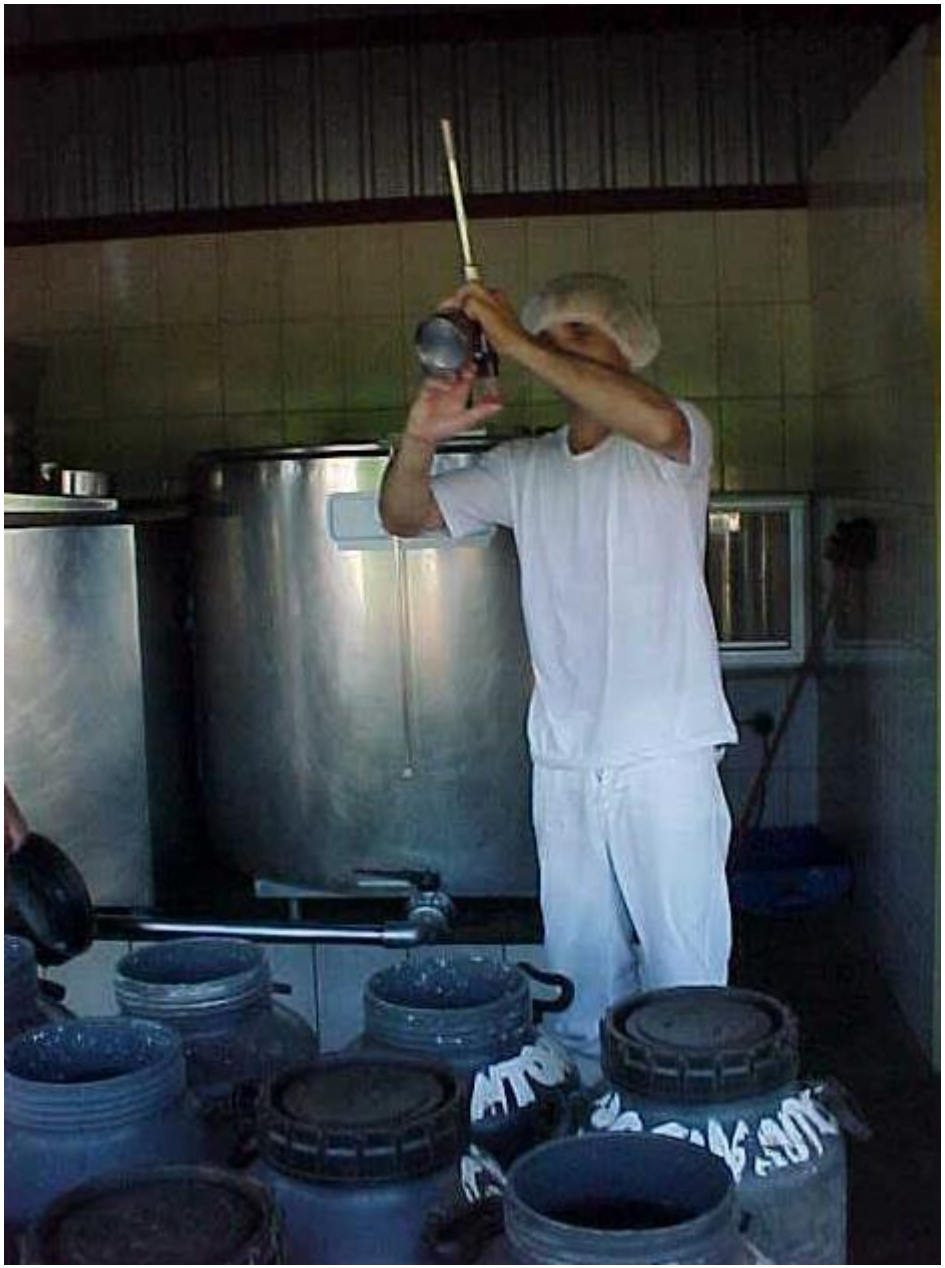
O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 7º, combinado com os arts. 143-A e 152, do Anexo do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta do Processo nº 21000.004406/2015-26, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os requisitos para avaliação de equivalência ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária relativos à estrutura física, dependências e equipamentos de estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos de origem animal, na forma desta Instrução Normativa.

20 10:25AM

20 10:32AM

20 10:31AM



ANÁLISE DE LEITE (PASTEURIZAÇÃO QUEIJO)
RECEBIMENTO LEITE - GRANEL

18 10:17AM

18 8:47AM

FALTA DE CUIDADOS

Um terço da carne consumida no país não passa por inspeção sanitária

Obrigada!

Saiba como implantar o SIM no seu município!

Fale com nossas consultoras:

Karine D'Ávila	**Armanda Pinheiro**
(85) 99662 1616	**(85) 98673 7323**

Qualis Consultoria